



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA EXECUTIVA

CONCURSO PÚBLICO - 2013  
(Edital ESAF n. 47, de 06/06/2013)

**Prova 2**

**Conhecimentos  
Específicos**

Cargo:

**Contador**

**Instruções**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra **legível**, para posterior exame grafológico:  
**“Não bastam os esforços e a coragem, senão se tem um propósito e uma direção.”**
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 4 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **50 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: **a, b, c, d e e**.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem **8.34**, do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso público.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 - Quando, ao avaliar o estoque final de mercadorias, procuramos atender à recomendação “custo ou mercado, o que for menor”, estamos observando um princípio fundamental de contabilidade.

Indique abaixo qual é esse princípio.

- a) Consistência.
- b) Objetividade.
- c) Oportunidade.
- d) Materialidade.
- e) Prudência.

2 - Considerando que a movimentação contábil sempre ocorre em forma de equação, para que as origens de recursos sejam iguais à sua aplicação, organize os seguintes elementos segundo os critérios de débito e crédito.

Aumentos de ativo	R\$ 1.000,00
Aumentos de passivo	R\$ 1.200,00
Bens existentes	R\$ 2.000,00
Consumos realizados	R\$ 700,00
Direitos a receber	R\$ 1.500,00
Ganhos e rendas obtidos	R\$ 950,00
Obrigações a pagar	R\$ 2.150,00
Reduções de ativo	R\$ 450,00
Reduções de passivo	R\$ 800,00
Situação Líquida anterior	R\$ 1.350,00

Considerando que todo o movimento contábil dessa entidade está expresso na relação acima, pode-se dizer que o item que a completará será

- a) débito no valor de R\$ 100,00.
- b) crédito no valor de R\$ 100,00.
- c) débito no valor de R\$ 50,00.
- d) crédito no valor de R\$ 50,00.
- e) redução de caixa no valor de R\$ 50,00.

3 - A firma Cactus Ltda., precisando de capital de giro, negociou uma operação de desconto de títulos com o banco em que é correntista. A operação foi no valor de R\$ 25.000,00 em primeiro de novembro, com encargos da ordem de 12%; o vencimento do título ocorrerá em primeiro de abril do ano seguinte.

Em decorrência dessa operação, em 31 de dezembro deverá aparecer, no balancete final de verificação da firma Cactus Ltda., a conta Duplicatas Descontadas com saldo credor de R\$ 25.000,00; e, com saldo devedor, nos valores indicados, as contas:

- a) Bancos c/Movimento [22.000,00], Encargos da Operação [3.000,00], Duplicatas a Receber [25.000,00] e Encargos a Vencer [0,00].
- b) Bancos c/Movimento [22.000,00], Encargos da Operação [0,00], Duplicatas a Receber [25.000,00] e Encargos a Vencer [3.000,00].
- c) Bancos c/Movimento [22.000,00], Encargos da Operação [1.000,00], Duplicatas a Receber [0,00] e Encargos a Vencer [2.000,00].
- d) Bancos c/Movimento [23.000,00], Encargos da Operação [0,00], Duplicatas a Receber [25.000,00] e Encargos a Vencer [2.000,00].
- e) Bancos c/Movimento [22.000,00], Encargos da Operação [1.000,00], Duplicatas a Receber [25.000,00] e Encargos a Vencer [2.000,00].

4 - Na assembleia de constituição de uma sociedade anônima, é fixado um capital social de R\$ 8.400,00 e, na ocasião, os acionistas subscrevem todo o capital social, integralizando R\$ 5.200,00 em moeda corrente. O registro contábil da operação conduzirá ao surgimento das seguintes contas, grupos e saldos:

- a) Capital Integralizado [patrimônio líquido = R\$5.200,00]; Capital a Integralizar [patrimônio líquido = R\$3.200,00]; Caixa [ativo circulante = R\$8.400,00].
- b) Caixa [ativo circulante = R\$3.200,00]; Capital Social [patrimônio líquido = R\$8.400,00]; Capital a Integralizar [patrimônio líquido = R\$5.200,00].
- c) Capital a Integralizar [ativo circulante = R\$3.200,00]; Caixa [ativo circulante = R\$5.200,00]; Capital Social [patrimônio líquido = R\$8.400,00].
- d) Capital Social [patrimônio líquido = R\$8.400,00]; Caixa [ativo circulante = R\$5.200,00]; Capital a Integralizar [patrimônio líquido = R\$3.200,00].
- e) Capital a Subscrever [patrimônio líquido = R\$3.200,00]; Caixa [ativo circulante = R\$5.200,00]; Capital Social [patrimônio líquido = R\$8.400,00].

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

5 - A empresa Compradora Oficial Ltda., utilizando o método de controle permanente de estoques, com avaliação a preço médio ponderado, mandou fazer a ficha de estoques sem considerar a tributação.

Os fatos foram: uma venda de 120 unidades a R\$ 100,00 cada; uma compra de 150 unidades, no dia 5, a R\$ 80,00 cada uma e um estoque já existente de 100 unidades avaliado em R\$ 5.000,00.

Se essa mercadoria tivesse sido tributada em ICMS à alíquota de 18%, o lucro bruto alcançado na operação de vendas teria sido de:

- a) R\$ 4.992,00.
- b) R\$ 3.840,00.
- c) R\$ 3.072,00.
- d) R\$ 2.592,00.
- e) R\$ 1.440,00.

6 - A nossa empresa é tipicamente comercial, de porte médio. Sua atividade se restringe a comprar e revender mercadorias, sendo seu plano de contas adequado a esse tipo de empreendimento. Abaixo, apresentamos cinco relações com nomes de contas.

Indique a única delas que não poderia constar corretamente no plano de contas.

- a) Caixa, Bancos conta Movimento, Duplicatas a Receber, Mercadorias, Receitas de Vendas, IPI a Recolher, Fornecedores e Capital a Integralizar.
- b) Caixa, Bancos conta Movimento, Mercadorias, Receitas de Vendas, Salários a Pagar, Empréstimos Bancários e Capital a Integralizar.
- c) Caixa, Custo do Produto Vendido, Receita de Vendas, Fornecedores, Capital Social, Empréstimos Bancários, Clientes e Despesas Antecipadas.
- d) Caixa, Mercadorias, Móveis e Utensílios, Equipamentos de Produção, Empréstimos Bancários, Fornecedores e Capital a Integralizar.
- e) Caixa, Bancos conta Movimento, Mercadorias, Receitas de Vendas a Vista, IPI a Recolher, Receitas de Vendas a Prazo, Fornecedores e Capital Social.

7 - A Empresa Zinha tem uma conta Móveis e Utensílios com saldo de R\$ 13.000,00. Tais móveis foram adquiridos há quatro anos e têm vida útil estimada em 10 anos. Sua depreciação vem sendo contabilizada considerando um valor residual de 15%. Se a "Zinha" revender esses móveis, mesmo que a prazo, por R\$ 10.000,00, vai obter ganhos de capital no valor de

- a) R\$ 1.420,00.
- b) R\$ 1.870,00.
- c) R\$ 2.200,00.
- d) R\$ 3.370,00.
- e) R\$ 3.630,00.

8 - A firma Pipiripaco S/A, prevendo prováveis perdas no recebimento de seus créditos que, no balanço de 2011, eram de R\$ 85.000,00, mandou fazer provisão de 3% desse valor, mas, durante o exercício seguinte, contabilizou perdas de apenas R\$ 1.300,00. Em dezembro de 2012, pretendendo fazer provisão nos mesmos moldes anteriores, para proteger o valor de R\$ 100.000,00 que tem a receber, vai contabilizar uma despesa com devedores duvidosos no valor de

- a) R\$ 3.000,00.
- b) R\$ 2.550,00.
- c) R\$ 1.750,00.
- d) R\$ 1.300,00.
- e) R\$ 1.250,00.

9 - Na data de encerramento do exercício social, a empresa ABN S.A. apresentou a seguinte relação de contas e saldos constantes do seu livro Razão:

Contas	Saldos
Capital Social	18.000,00
Receitas de Vendas	16.500,00
Duplicatas a Receber	14.000,00
Duplicatas a Pagar	13.000,00
Clientes	12.000,00
Fornecedores	11.000,00
Móveis e Utensílios	10.000,00
Veículos	9.000,00
Bancos c/Movimento	8.500,00
Custo das Vendas	6.800,00
Reserva Legal	6.300,00
Empréstimos Obtidos	6.000,00
Mercadorias	5.000,00
Ações de Coligadas	4.300,00
Salários e Ordenados	4.200,00
Provisão p/Férias	3.500,00
Descontos Concedidos	3.200,00
Depreciação Acumulada	2.900,00
Aluguéis Ativos	2.500,00
Depreciação	2.100,00
Capital a Realizar	1.800,00
Juros Ativos	1.500,00
Caixa	1.500,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	1.100,00
Provisão p/IR	1.000,00
Devedores Duvidosos	900,00

Ao mandar elaborar um balancete geral de verificação a partir dos saldos acima, a empresa encontrará saldos devedores no valor de

- a) R\$ 83.300,00.
- b) R\$ 81.500,00.
- c) R\$ 80.400,00.
- d) R\$ 79.300,00.
- e) R\$ 77.500,00.

10- Com respeito aos investimentos permanentes em ações de outras companhias, é correto afirmar:

- a) se uma empresa for obrigada a mudar a avaliação de seu investimento do "Método do Custo" para o "Método da Equivalência Patrimonial" quando o saldo do investimento contabilizado pelo custo for maior que o avaliado pela Equivalência Patrimonial, a diferença será contabilizada como deságio.
- b) consideram-se coligadas as sociedades quando uma participa com 20% ou mais do capital da outra, sem controlá-la.
- c) se uma empresa for obrigada a mudar a avaliação de seu investimento do "Método da Equivalência Patrimonial" para o "Método do Custo", a mudança não propiciará nenhum ajuste.
- d) considera-se controlada a sociedade na qual a controladora é titular de direitos de sócios que lhe assegurem, mesmo que de modo provisório, o poder de eleger a maioria dos administradores.
- e) se uma empresa for obrigada a mudar a avaliação de seu investimento do "Método do Custo" para o "Método da Equivalência Patrimonial" quando o saldo do investimento contabilizado pelo custo for menor que o avaliado pela Equivalência Patrimonial, a diferença será contabilizada como ágio.

11- O Livro Razão da firma Afrescos & Molduras Ltda. demonstra as seguintes contas e respectivos saldos no fim do exercício social:

<b>Contas</b>	<b>Saldos</b>
Ações de Coligadas	860,00
Alugueis Ativos	500,00
Bancos c/Movimento	1.700,00
Caixa	300,00
Capital a Realizar	360,00
Capital Social	3.600,00
Clientes	2.400,00
Custo das Vendas	1.360,00
Depreciação	420,00
Depreciação Acumulada	580,00
Descontos Concedidos	640,00
Devedores Duvidosos	180,00
Duplicatas a Pagar	2.600,00
Duplicatas a Receber	2.800,00
Empréstimos Obtidos	1.200,00
Fornecedores	2.200,00
Juros Ativos	300,00
Mercadorias	1.000,00
Móveis e Utensílios	2.000,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	220,00
Provisão p/Férias	700,00
Provisão p/IR	200,00
Receitas de Vendas	3.300,00
Reserva Legal	1.260,00
Salários e Ordenados	840,00
Veículos	1.800,00

Elaborando o Balanço Patrimonial, após a apuração do resultado do exercício, cuja única distribuição foi 30% para o imposto de renda, deverá ser ostentado o valor de

- a) R\$ 4.500,00 de patrimônio líquido.
- b) R\$ 4.660,00 de ativo não circulante.
- c) R\$ 4.962,00 de patrimônio líquido.
- d) R\$ 5.160,00 de patrimônio líquido.
- e) R\$ 6.900,00 de passivo circulante.

#### Área para rascunho

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).**

12- A relação seguinte trata dos saldos do livro Razão da sociedade comercial Ostra Cisma apresentada com vistas à elaboração das demonstrações financeiras do exercício de 2012:

Contas	Saldos
Caixa	1.200,00
Fornecedores	8.800,00
Custo das Vendas	5.440,00
Capital Social	14.400,00
Bancos c/Movimento	6.800,00
Duplicatas a Pagar	10.400,00
ICMS sobre Vendas	1.400,00
Receitas de Vendas	13.200,00
Clientes	9.600,00
Provisão p/Férias	1.900,00
Salários e Ordenados	3.360,00
Aluguéis Ativos	2.000,00
Duplicatas a Receber	11.200,00
Empréstimos Obtidos	4.800,00
Juros Ativos	1.200,00
Descontos Concedidos	1.160,00
Mercadorias	4.000,00
ICMS a Recolher	1.700,00
Depreciação	1.680,00
Ações de Coligadas	3.440,00
Provisão p/Devedores Duvidosos	880,00
Móveis e Utensílios	8.000,00
Reserva Legal	5.040,00
Capital a Realizar	1.440,00
Veículos	7.200,00
Depreciação Acumulada	2.320,00
Devedores Duvidosos	720,00

Calculando o resultado do exercício, vamos encontrar:

- R\$ 9.560,00 de lucro operacional bruto.
- R\$ 7.760,00 de lucro operacional bruto.
- R\$ 6.060,00 de lucro operacional líquido.
- R\$ 2.640,00 de lucro líquido do exercício.
- R\$ 2.340,00 de lucro líquido do exercício.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 13- Os impostos que na Demonstração do Resultado do Exercício são apresentados como dedução da Receita Operacional Bruta possuem a característica de serem
- de competência federal ou estadual.
  - proporcionais ao valor das vendas.
  - gerados em decorrência da fabricação do produto.
  - gerados em decorrência da circulação do produto.
  - recuperados pela empresa nas compras e vendas.
- 14- Na elaboração da Demonstração do Resultado do Exercício, surgiu um lucro líquido antes do Imposto de Renda e da contribuição sobre o lucro líquido no valor de R\$ 6.000,00. A proposta da administração para distribuir o resultado era de 50% para dividendos, 30% para IR e CSLL, 10% para participação de empregados e 5% para reserva legal, ficando o restante em uma reserva de lucros.
- Ao ser feita a contabilização segundo essa proposta, o saldo final do resultado a ser transportado para a mencionada reserva de lucros será de
- R\$ 1.795,50.
  - R\$ 1.785,00.
  - R\$ 1.710,00.
  - R\$ 1.701,00.
  - R\$ 1.512,00.
- 15- A Cia. Das Compras emitiu nota fiscal de venda com valor a pagar de R\$ 96.000,00, constando o preço de venda mais IPI de 20%. O ICMS foi computado à alíquota de 18%. O Custo das Mercadorias Vendidas foi calculado em R\$ 45.000,00. Também ocorreram despesas com vendas de R\$ 7.000,00 e Administrativas de R\$ 8.000,00.
- Quando foram feitos os cálculos de apuração para elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício, essa operação contribuiu com um resultado operacional bruto de
- R\$ 26.176,00.
  - R\$ 20.600,00.
  - R\$ 17.976,00.
  - R\$ 17.400,00.
  - R\$ 14.520,00.
- 16- Assinale a opção que não se enquadra nas evidenciações a serem proporcionadas pelo *Sistema de Contabilidade Federal*.
- A receita e a despesa pública e seu comprometimento em relação ao resultado primário do governo federal.
  - A renúncia de receitas de órgãos e entidades federais.
  - Os recursos do orçamento vigente, as receitas previstas e arrecadadas, bem como a despesa empenhada, liquidada e paga.
  - O custo dos programas e das unidades da Administração Pública Federal.
  - A aplicação dos recursos da União por unidade da federação beneficiada.
- 17- Entre as competências dos órgãos setoriais de contabilidade se verifica, exceto:
- garantir, em conjunto com a unidade setorial orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União.
  - buscar a harmonização dos conceitos e práticas relacionadas ao cumprimento dos dispositivos da Lei Complementar n. 101/2000.
  - prestar assistência, orientação e apoio técnicos aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União.
  - efetuar, nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis.
  - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos.
- 18- Assinale a opção que indica o evento que enseja a transferência dos passivos permanentes para passivos financeiros.
- A publicação da Lei Orçamentária Anual em que a obrigação será paga.
  - A efetivação do segundo estágio na realização da despesa orçamentária para o pagamento da obrigação inscrita no passivo.
  - O início do exercício contábil em que a obrigação será paga, mesmo que não haja previsão orçamentária.
  - A efetivação do primeiro estágio na realização da despesa com a emissão da nota de empenho para pagamento do passivo.
  - A edição de ato do gestor público incluindo a obrigação no rol de pagamentos do exercício financeiro.
- 19- A respeito da aplicação do princípio contábil da oportunidade no setor público, é correto afirmar:
- sua aplicação é de alcance limitado no reconhecimento dos atos e fatos da administração pública em razão das regras estabelecidas para a execução do orçamento público.
  - é a base da fidedignidade e integridade do registro contábil, no entanto, no setor público depende do cumprimento das formalidades legais.

- c) é aplicado no registro dos atos e fatos oriundos apenas das transações orçamentárias no âmbito da administração indireta e direta da administração federal.
- d) é a base indispensável à integridade e à fidelidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública.
- e) no registro contábil dos atos e fatos concernentes à administração pública a aplicação do princípio decorre da obrigatoriedade de se evidenciar pelo seu valor original os componentes patrimoniais.
- 20- A respeito da formação do patrimônio público e o registro dos bens e direitos no ativo da entidade, é correto afirmar, exceto:
- a) a determinação do custo ou valor em bases confiáveis é condição para o reconhecimento de um ativo.
- b) para serem incluídos no circulante, os ativos devem estar disponíveis para a realização imediata ou ter expectativa de realização até o término do exercício seguinte.
- c) a evidenciação do patrimônio público no balanço patrimonial segregada em ativo financeiro e não-financeiro está baseada em padrões internacionais.
- d) existe a possibilidade do registro de valores no ativo mesmo que não haja a expectativa de geração de benefícios.
- e) as cauções em dinheiro para a garantia de contratos integram o ativo da entidade.
- 21- Segundo a Resolução n. 1.121/2008, do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, a despesa pode ser definida como
- a) decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incremento do passivo que acarretam redução do patrimônio líquido e não seja decorrente de distribuição aos proprietários.
- b) dispêndios das entidades públicas durante o exercício contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou aumento de passivos não decorrentes de transações ou distribuição aos proprietários.
- c) decréscimos dos benefícios econômicos e do ativo ou aumentos do passivo decorrentes dos dispêndios para o desenvolvimento das políticas públicas.
- d) gastos autorizados no Orçamento Geral da União e consignados à entidade em determinado exercício contábil e que reduzem o ativo ou aumentam o passivo.
- e) gastos de uma entidade pública em determinado período para a consecução de seus objetivos acarretando a redução do ativo ou aumento do passivo sem a interveniência dos proprietários.
- 22- São condições necessárias para o reconhecimento de um ativo adquirido em uma transação sem a obrigação de contraprestação por parte da entidade pública:
- a) os recursos devem estar à disposição da entidade e não haver questionamento quanto à sua legitimidade.
- b) a entidade possuir legitimidade para realizar a transação, os valores estarem à disposição para aplicação ou uso imediato e ainda se enquadrarem na definição de ativo.
- c) a simples presunção de que os recursos existem e são da entidade é suficiente para que sejam reconhecidos como ativos públicos.
- d) ter sido concluída a transação com razoável grau de certeza para a entidade estabelecer as condições necessárias ao reconhecimento do ativo.
- e) a entidade ganhar o controle dos recursos, enquadramento na definição de ativo e satisfazer os critérios de reconhecimento.
- 23- No registro dos bens intangíveis como ativo da entidade, deve ser observado, exceto:
- a) a mensuração com segurança do custo do ativo é condição necessária para o seu reconhecimento.
- b) o ágio derivado da expectativa de rentabilidade futura também deve ser reconhecido como ativo.
- c) os valores da amortização ou perdas sofridas pelo ativo devem ser levados em conta no reconhecimento do ativo intangível.
- d) os critérios de mensuração dos ativos recebidos a título gratuito devem ser explicitados nas notas explicativas ao balanço.
- e) quando houver a possibilidade de geração de benefícios futuros, os gastos realizados posteriormente à aquisição do ativo devem ser incorporados ao valor do ativo.
- 24- O laudo técnico ou relatório de reavaliação de ativos imobilizados deverá conter as seguintes informações, exceto:
- a) a identificação contábil dos bens e as regras de contabilização da depreciação, amortização ou exaustão.
- b) identificação do responsável pela avaliação.
- c) descrição detalhada dos bens que estão sendo reavaliados.
- d) os critérios utilizados para a reavaliação do bem e sua respectiva fundamentação.
- e) a vida útil remanescente do bem para que seja possível estabelecer os critérios de depreciação, amortização e exaustão.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

- 25- São características das contas conceituadas como financeiras do passivo no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP:
- estão relacionadas com os passivos de natureza financeira oriundos das transações de operações de crédito de curto prazo.
  - identificam o montante das obrigações decorrentes da despesa empenhada à conta do exercício corrente.
  - demonstram o total das obrigações oriundas de exercícios anteriores cujos recursos para pagamento não estão à disposição da entidade.
  - identificam os passivos de natureza financeira não pagos na data de seu vencimento e que aguardam autorização orçamentária.
  - identificam o passivo financeiro da entidade e nelas estão registradas as obrigações cujo pagamento independe de autorização orçamentária.
- 26- O conceito *em liquidação* que levou a criação de contas contábeis de controle com esse título no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP se refere a:
- nova fase de realização da despesa pública surgida em razão das normas de transparência.
  - forma de registrar contabilmente a despesa para caracterizar o andamento da realização da política pública.
  - necessidade de segregação dos créditos empenhados a liquidar para o correto cálculo do passivo financeiro.
  - situação da despesa cujos valores são destinados à inscrição de restos a pagar não processados quando já existir disponibilidade financeira.
  - necessidade de segregar no balanço patrimonial as despesas realizadas com pagamento antecipado.
- 27- A respeito da consolidação dos balanços públicos, é correto afirmar, exceto:
- as participações nas empresas estatais dependentes devem ser excluídas na consolidação.
  - o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP indica as contas obrigatórias e facultativas a serem utilizadas por todos os entes.
  - a consolidação de balanços pode se dar tanto no nível intragovernamental quanto intergovernamental.
  - os fundos integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social podem ser excluídos da consolidação.
  - a consolidação ocorre pela soma ou agregação de saldos ou grupo de contas formando uma nova unidade contábil.
- 28- Assinale a opção que indica uma das razões do desequilíbrio da previsão da receita e fixação da despesa eventualmente verificada no balanço orçamentário.
- A abertura de créditos suplementares por excesso de arrecadação no exercício financeiro.
  - A utilização do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial para a abertura de créditos adicionais.
  - A frustração de receitas correntes concomitantemente ao aumento das despesas ou ainda a abertura de créditos especiais no exercício financeiro.
  - O contingenciamento orçamentário que atinge as receitas e despesas de capital.
  - O reconhecimento de despesas de exercícios anteriores e a sua respectiva liquidação.
- 29- Segundo as regras para elaboração de *notas explicativas* no âmbito do setor público, as políticas contábeis são:
- os princípios, as diretrizes e procedimentos emanados do órgão central de contabilidade que devem ser aplicados às demonstrações contábeis.
  - os procedimentos adotados pela entidade na escrituração dos fatos e na segregação das contas contábeis em determinado exercício.
  - os procedimentos aplicados pela entidade no curso de um período pré-determinado para a escrituração dos atos e fatos objeto da contabilidade aplicada ao setor público.
  - o conjunto de normas legais e regulamentares a que está submetido o administrador público na elaboração das demonstrações contábeis.
  - os princípios, as bases, regras e os procedimentos específicos aplicados pela entidade na apresentação das demonstrações contábeis.
- 30- Sendo a Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP destinada a apurar o resultado patrimonial das entidades públicas, assinale a opção incorreta a respeito dessa demonstração e de sua elaboração.
- Os ganhos ou perdas decorrentes da reavaliação de ativos são demonstrados na DVP.
  - A DVP destina-se a avaliar o resultado patrimonial, que inclui tanto as variações orçamentárias quanto as extraorçamentárias, observando os itens mais relevantes que interferem no superávit ou no déficit patrimonial.
  - O resultado apurado na DVP constitui-se no principal indicador de desempenho da entidade pública.
  - As variações patrimoniais qualitativas decorrentes da despesa e da receita de capital são consideradas na elaboração da DVP.
  - A apuração proporcionada pela DVP é realizada mediante o confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

31- Com base nas afirmativas a seguir, assinale **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas e, a seguir, indique a opção correta.

- ( ) A auditoria é uma investigação oficial de suposto delito. Portanto, o auditor não recebe poderes legais específicos, tais como o poder de busca, que podem ser necessários para tal investigação.
- ( ) O risco de detecção se relaciona com a natureza, a época e a extensão dos procedimentos que são determinados pelo auditor para reduzir o risco de auditoria a um nível baixo aceitável. Portanto, é uma função da eficácia do procedimento de auditoria e de sua aplicação pelo auditor.
- ( ) Os riscos de distorção relevante no nível da afirmação consistem em dois componentes: risco inerente e risco de controle. O risco inerente e o risco de controle são riscos da entidade; eles existem independentemente da auditoria das demonstrações contábeis.

- a) F, V, V
- b) F, F, F
- c) F, V, F
- d) V, V, V
- e) V, F, F

32- Em conformidade com as normas de auditoria, para que um auditor seja considerado experiente, deve demonstrar que tem experiência prática de auditoria e conhecimento razoável de:

- a) processos de auditoria, demandas judiciais e de relatórios econômicos e financeiros que servem de base para a estratégia de negócios semelhantes e dos concorrentes.
- b) normas tributárias, processos de produção das principais atividades econômicas e formação em administração de empresas, economia ou contabilidade.
- c) ambiente de negócios que opera a entidade, experiência prática de planejamento de auditorias em empresas semelhantes e concorrentes, atuação em auditoria em tempo superior a 5 anos.
- d) normas de auditoria e exigências legais, assuntos de auditoria e de relatório financeiro relevantes ao setor de atividade da entidade e processos de auditoria.
- e) normas contábeis, identificação de fraudes e atuação em auditoria em tempo superior a 3 anos.

33- No processo de auditoria da empresa Distribui S.A., responsável pela compra de medicamentos para o Estado, foi identificado, pelo auditor público, que os medicamentos adquiridos na última licitação estavam acima do preço de medicamentos de mesma qualidade, comercializados por empresa fornecedora concorrente que foi desqualificada na licitação. Apurou-se que o processo de desqualificação não tinha procedência. Assim sendo, de forma primária, pode-se afirmar que não foi cumprido o princípio da:

- a) eficiência.
- b) economicidade.
- c) eficácia.
- d) ilegitimidade.
- e) tempestividade.

Com base nos dados a seguir, responder as questões 34 e 35.

#### Contas

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 20.000,00
Clientes	R\$ 15.000,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 5.000,00
Fornecedores	R\$ 10.000,00
Imobilizado	R\$ 21.000,00
Investimento	R\$ 4.000,00
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	R\$ 5.000,00
Ações em Tesouraria	R\$ 3.500,00
Financiamentos Contraídos (circulante)	R\$ 30.000,00
Empréstimos Contraídos (não circulante)	R\$ 43.000,00
Empréstimos Concedidos (não circulante)	R\$ 45.000,00
Capital Social	R\$ 15.500,00

34- O Auditor, ao analisar a demonstração contábil elaborada com base nestes dados, poderá certificar que o:

- a) passivo não circulante é de R\$ 45.000,00.
- b) ativo não circulante é de R\$ 43.000,00.
- c) ativo circulante é de R\$ 25.000,00.
- d) passivo circulante é de R\$ 40.000,00.
- e) patrimônio líquido é de R\$12.000,00.

35- O endividamento geral é

- a) 5,6774.
- b) 6,9167.
- c) 7,3333.
- d) 5,3548.
- e) 7,5000.

Utilize os dados a seguir para responder as questões 36 e 37.

Produto	Mão de Obra	Matéria-Prima Direta	Custos Indiretos
A	3 horas	R\$ 3.000,00	R\$ 4.000,00
B	5 horas	R\$ 4.500,00	R\$ 2.500,00
C	2 horas	R\$ 2.000,00	R\$ 5.000,00

Produto	Departamento 1		Departamento 2		Departamento 3	
	Por hora	R\$	Por hora	R\$	Por horas	R\$
A	1 hora	R\$ 100	0 hora	R\$ 0	2 horas	R\$ 300
B	2 horas	R\$ 400	3 horas	R\$ 250	0 hora	R\$ 0
C	0 hora	R\$ 0	0 hora	R\$ 0	2 horas	R\$ 250

36- O Custo total do produto "B" é

- R\$ 7.700,00.
- R\$ 8.550,00.
- R\$ 9.000,00.
- R\$ 7.500,00.
- R\$ 9.550,00.

37- O Custo médio da hora de Mão de Obra da Empresa é

- R\$ 2.750,00.
- R\$ 1.050,00.
- R\$ 275,00.
- R\$ 105,00.
- R\$ 2.075,00.

38- Em relação ao custo padrão, pode-se afirmar que é:

- o custo que reflete os valores gastos e atribuídos no processo de produção, ao produto, em cada período.
- o custo atribuído ao produto, quando aplicado o conceito do ABC.
- o sistema de custeio que melhor distribui o custo variável ao produto.
- um sistema de custeio que permite o controle dos custos e a sua gestão, principalmente quando comparado ao real.
- aplicável às empresas que têm grandes oscilações (sazonalidade) em seus custos durante o ano, permitindo uma melhor distribuição dos custos nos meses.

39- A empresa Seringueira S.A. produtora de mangueiras industriais efetuou o pagamento do frete relativo ao transporte de produtos acabados que estavam armazenados no porto, a caminho do cliente. Referido frete decorreu da devolução de venda, por atraso na entrega. Dessa forma, o custo do frete deverá ser lançado:

- como despesa.
- como custo dos produtos em processo.
- no custo dos produtos acabados.
- no custo das mercadorias vendidas.
- nos lucros acumulados.

40- Não é um fator que interfere no valor realizável líquido dos estoques

- a obsolescência.
- o abaloamento.
- a queda permanente de preço de venda.
- o perecimento.
- a redução do custo fixo de energia.

41- Entre as opções a seguir, assinale as que são contribuintes da Contribuição para o PIS/Pasep, incidente sobre a folha de salários e, em seguida, assinale a opção que corresponda às suas respostas.

- Templos de qualquer culto.
- Instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural, científico e as associações, que preencham as condições e requisitos do art. 15 da Lei n. 9.532, de 1997.
- Serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.
- Condomínios de proprietários de imóveis residenciais ou comerciais.
- Partidos políticos.

Estão corretos os itens:

- I, II e IV.
- I e IV.
- II, III e V.
- II e III.
- Todos os itens estão corretos.

42- Sobre a CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –, na hipótese de seu recolhimento trimestral, é incorreto afirmar que:

- o valor da CSLL não pode ser deduzido para efeito de determinação do lucro real, nem de sua própria base de cálculo.
- a base de cálculo da CSLL corresponde ao resultado contábil do período ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de base de cálculo negativa até o limite definido em legislação específica.
- permite-se a dedução da CSLL retida por outra pessoa jurídica de direito privado sobre receitas auferidas, no período, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, vigilância, transporte de valores, e locação de mão de obra, pela prestação de serviços de assessoria creditícia, mercadológica, gestão de crédito, seleção e riscos, administração de contas a pagar e a receber e pela remuneração de serviços profissionais.
- permite-se a dedução dos créditos judiciais com trânsito em julgado, relativos aos tributos e contribuições administrados pela RFB, objeto de declaração de compensação.

- e) não pode ser deduzida a CSLL retida por órgão público, autarquia, fundação da administração pública federal, sociedade de economia mista ou empresa pública e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional e estejam obrigadas a registrar sua execução orçamentária e financeira na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.
- 43- A legislação do Imposto de Renda permite às empresas a postergação, para exercícios futuros, do pagamento desses impostos relativos a determinados lucros já contabilizados, por meio do imposto de renda diferido. Sobre este, assinale a opção incorreta.
- O diferimento do Imposto de Renda é feito somente para fins fiscais no LALUR, não alterando o lucro líquido na contabilidade, pois, em função do regime de competência, na contabilidade não há postergação do reconhecimento do resultado.
  - O passivo fiscal diferido deve ser reconhecido às alíquotas aplicáveis ao exercício em que o passivo seria devido.
  - A entidade deve reconhecer esses efeitos fiscais por meio da contabilização do passivo fiscal diferido, no exercício em que ocorrer.
  - Quando a receita ou o lucro se tornarem tributáveis, o valor constante da conta de Provisão para Imposto de Renda Diferido será transferido para a conta de Provisão para Imposto de Renda no Passivo Circulante, não alterando o resultado desse período.
  - Constitui exemplo de Imposto de Renda Diferido o ganho de capital na venda a prazo de bens do ativo imobilizado, cujo preço deva ser recebido, no todo ou em parte, após o término do ano-calendário subsequente.
- 44- A conta ICMS a recuperar é utilizada na escrituração contábil da empresa para registrar o ICMS incidente na aquisição de mercadorias por ela, a ser compensado com o ICMS incidente nas vendas que ela irá realizar. Sobre esta conta, pode-se afirmar, exceto, que:
- não conterà o lançamento do ICMS incidente sobre aquisição de mercadorias ou serviços alheios à atividade do estabelecimento.
  - não conterà o lançamento relativo à utilização de serviços resultantes de operações ou prestações isentas ou não tributadas.
  - relativamente aos créditos decorrentes de entrada de mercadorias destinadas ao ativo permanente da empresa, a apropriação será feita, como regra, à razão de um quarenta e oito avos por mês, devendo a primeira fração ser apropriada no mês em que ocorrer a entrada no estabelecimento.
  - conterà o lançamento relativo à entrada de mercadorias na empresa para integração ou consumo em processo de produção de mercadorias industrializadas destinadas ao exterior, exceto as semi-elaboradas.
- e) o direito à utilização do saldo positivo da referida conta, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.
- 45- Com base nas recentes alterações introduzidas na Lei das Sociedades por Ações, e tomando por base as contas componentes do patrimônio líquido, assinale a opção incorreta.
- Não há mais a previsão da conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” como conta componente do Patrimônio Líquido, mas somente a conta de “Prejuízos Acumulados”.
  - A nova legislação societária vedou a todas as sociedades, independentemente de sua forma, apresentarem saldo de lucros sem destinação, não sendo mais permitido a elas apresentar nas suas demonstrações contábeis, a partir da data de 31/12/08, saldo positivo na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados.
  - A conta “Lucros ou Prejuízos Acumulados” porventura existente deve permanecer no Plano de Contas de todas as entidades, haja vista que o seu uso continuará sendo feito para receber o registro do resultado do exercício, bem com as suas várias formas de destinações.
  - A constituição de reservas e a distribuição de lucros ou dividendos são exemplos de destinações do lucro do exercício.
  - Outra inovação da legislação que alterou a Lei das Sociedades por Ações foi proibir o registro direto em contas de reservas do Patrimônio Líquido das subvenções para investimentos, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, e das doações recebidas do Poder Público.
- 46- O capital de R\$ 100.000,00 foi aplicado em um banco por 2 meses. A taxa de juros compostos dessa aplicação foi 1% ao mês. Decorridos esses 2 meses, o montante dessa primeira aplicação foi resgatado e aplicado em outro banco por 4 meses no sistema de juros simples. A taxa de juros dessa segunda aplicação foi 2,5% ao mês. Então, o montante, ao final da segunda aplicação, foi:
- R\$ 112.200,00.
  - R\$ 112.320,00.
  - R\$ 112.211,00.
  - R\$ 112.245,00.
  - R\$ 112.342,00.

- 47- Um título de valor nominal igual a R\$ 15.000,00 foi descontado 6 meses antes do seu vencimento. O desconto pela antecipação do título foi de acordo com o sistema de desconto comercial simples a uma taxa de 10% ao trimestre. O valor ao qual o título foi descontado é igual a:
- a) R\$ 6.000,00.
  - b) R\$ 13.000,00.
  - c) R\$ 10.000,00.
  - d) R\$ 9.000,00.
  - e) R\$ 12.000,00.
- 48- Um empréstimo de R\$ 80.000,00 será pago em 20 parcelas mensais, sendo a primeira 30 dias após o empréstimo, com juros de 2% ao mês, pelo Sistema de Amortização Constante (SAC). O valor da segunda parcela será:
- a) R\$ 5.520,00.
  - b) R\$ 5.450,00.
  - c) R\$ 5.180,00.
  - d) R\$ 5.230,00.
  - e) R\$ 5.360,00.
- 49- O capital de R\$ 12.000,00 foi aplicado por um ano e gerou R\$ 1.860,00 de juros. Se a inflação desse ano foi de 5%, então a taxa real de juros desse ano foi:
- a) 11%
  - b) 10%
  - c) 10,5%
  - d) 9,5%
  - e) 9%
- 50- A taxa efetiva anual de uma aplicação que rende juros compostos, a uma taxa nominal de 10% ao ano, com capitalização semestral, é igual a:
- a) 10%
  - b) 10,50%
  - c) 10,25%
  - d) 10,75%
  - e) 11%

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).









Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)